

Incerteza sobre receita extra pode levar a novo bloqueio no Orçamento

Por Edna Simão | De Brasília

O governo poderá fazer hoje um bloqueio adicional do orçamento no valor de R\$ 2,6 bilhões para compensar estimativa de receita menor do que a esperada pela equipe econômica para este ano. Essa é a versão mais recente prevista no relatório bimestral de receita e despesa, mas que ainda poderia sofrer alterações. Se confirmado esse número, o bloqueio do orçamento neste ano chegará a R\$ 18,8 bilhões.

Segundo fontes ouvidas pelo Valor, a possibilidade de um bloqueio adicional de recursos passou a ser cogitada na terça-feira porque a nova estimativa de arrecadação da Receita Federal para o ano foi reduzida pelo fato de o projeto de reoneração da folha não ter sido aprovado pelo Congresso Nacional. Além disso, existem incertezas com relação à privatização da Eletrobras, que também depende de apreciação dos parlamentares.

Desde terça-feira, a equipe econômica discutia a possibilidade de retirar da previsão das receitas do governo a reoneração da folha de pagamento. Isso porque, até o momento, não há acordo para

aprovação da proposta apresentada pelo relator da matéria, deputado Orlando Silva (PC do B-SP) que desvirtuou o projeto do governo, reduzindo a estimativa de receita com a medida.

Uma das estratégias da equipe econômica, ao retirar a reoneração da previsão de receita, é informar aos parlamentares que se o projeto for aprovado, com pequenas mudanças em relação ao que o governo propôs, o recurso arrecadado poderá ser destinado para a intervenção do Rio de Janeiro. O entendimento, segundo fonte ouvida pelo Valor, é que a vinculação sensibilize os parlamentares para votar a matéria sem muitos ajustes.

Com as mudanças no texto do Executivo, a estimativa inicial de arrecadação com a reoneração de R\$ 8,3 bilhões para o ano foi reduzida e, atualmente, está em R\$ 6 bilhões. Se a medida começar a vigorar apenas no segundo semestre, a contribuição para a receita seria de algo em torno de R\$ 3 bilhões. "O projeto do Orlando Silva chega a um número parecido com esse", disse o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, após participar da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho. Ele afirmou, no entanto, que

possibilidade de liberação de despesas é "pouco provável".

O governo ainda tenta derrubar liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) que impediu o adiamento do reajuste dos servidores públicos e a elevação da alíquota de contribuição previdenciária de 11% para 14% para ter um fôlego a mais reduzindo gastos e aumentando a receita. Na semana passada, a Advocacia Geral da União (AGU) pediu à presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, prioridade em colocar a matéria na pauta do tribunal.

Em fevereiro, o ministro do Planejamento anunciou o bloqueio de R\$ 16,2 bilhões no Orçamento de 2018 para assegurar o cumprimento da meta de déficit primário do ano. Recentemente, o Valor informou que os dados preliminares indicavam que a arrecadação de fevereiro superou todas as expectativas e teve alta real de mais de 10%, após ter subido outros 10% em janeiro. No entanto, a maioria das medidas anunciadas pela área econômica no ano passado para melhorar as receitas e diminuir despesas ainda dependem de aprovação do Congresso.

Pára, parou

Às vésperas de deixar o MCT, Kassab enviou ofício à Casa Civil e ao Planejamento. Recado: se não houver repasses para a pasta, obras vão parar. A maior ameaça recai sobre as Gesac – estações bases para implantação do sistema de operação do satélite nacional que ajudará a criar serviços na saúde e na educação.

Pára, parou 2

Segundo Kassab, a gigante Viasat, sócia da Telebrás, avisou que, se o governo não entrar com o investimento previsto, ela tampouco o fará.

Governo vai anunciar novo bloqueio de até R\$ 3 bi do Orçamento

Não aprovação do projeto de reoneração da folha estaria por trás da medida, segundo fonte da área econômica

Adriana Fernandes

Apesar da forte melhora da arrecadação de tributos, a equipe econômica vai anunciar hoje um novo bloqueio entre R\$ 2 bilhões e R\$ 3 bilhões das despesas do Orçamento. Até a noite desta quarta-feira, os técnicos trabalhavam com um valor de R\$ 2,6 bilhões de bloqueio adicional, apurou o Estadão/ Broadcast com fontes da equipe econômica.

O novo contingenciamento representa uma mudança de planos do governo que contava em fazer uma primeira liberação de gastos em março para os ministérios e, dessa forma, atender a um volume maior de emendas parlamentares. Em ano de eleições, as despesas costumam acelerar no primeiro semestre.

Segundo informou uma fonte da área econômica, sem a aprovação do projeto de reoneração da folha de pagamento das empresas, o governo não teve outra saída e foi obrigado a mudar os planos. Pressionado pelas empresas que teriam o aumento da carga

tributária com a reoneração, parlamentares ainda resistem a aprovar o projeto. Urgência. Ontem, a Câmara dos Deputados aprovou dar urgência ao projeto.

Com a decisão, a proposta tramita de forma mais rápida e não precisa passar por uma comissão especial. A política de desoneração da folha começou em 2011 com o objetivo de estimular a geração de empregos e melhorar a competitividade das empresas. O benefício se dá por meio da substituição da cobrança de uma contribuição previdenciária de 20% sobre a folha de pagamento das empresas, por um percentual sobre o faturamento.

A alíquota varia de 1% e 4,5%, dependendo do setor. Além da frustração com os recursos da reoneração, a equipe econômica teve de remanejar despesas para acomodar gastos com a segurança pública. O governo trabalha com um volume de R\$ 5 bilhões adicionais para o Ministério da Segurança Pública e a intervenção federal no Estado no Rio de Janeiro.

O relatório bimestral de avaliação de despesas e receitas do Orçamento com o valor do

bloqueio adicional será enviado hoje ao Congresso Nacional. Os gastos maiores por causa da não aprovação do projeto de reoneração – cerca de R\$ 7,5 bilhões – e outras despesas consumiram o ganho de receita nos primeiros meses do ano além do previsto.

A expectativa inicial do governo era de que havia espaço para uma liberação pequena. Depois optou-se em não fazer nenhum movimento. Por último, a decisão final será o bloqueio. Em fevereiro, o governo bloqueou R\$ 16,2 bilhões de despesas. Mas o bloqueio efetivo foi de R\$ 8 bilhões. O restante corresponde a uma espécie de “reserva” com base na expectativa ainda incerta de privatização da Eletrobrás.

No caso de a privatização não ocorrer, o governo já teria bloqueado as despesas para compensar a frustração com a venda, que enfrenta forte resistência no Congresso. Na prática, segundo uma fonte, o novo bloqueio funciona como um alerta aos parlamentares de que o ajuste fiscal precisa continuar.

COLABOROU DAIENE CARDOSO